

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.788 - PE (2019/0152852-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
RECORRIDO : **MARIA LUIZA CONCEICAO DA SILVA**
ADVOGADO : **ANTONIO PEDRO DE MELO JUNIOR E OUTRO(S) - PE030695**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DO FEITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fls. 153-154):

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACUMULAÇÃO INDEVIDA. REVISÃO EMENTA DO INSS. DECADÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. IMPROVIMENTO.

I. Apelação interposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento de pensão por morte, por entender que houve decadência para a revisão dos benefícios que a autarquia alegou caracterizar como acumulação indevida. Condenação para o pagamento das parcelas vencidas, com acréscimos de consectários legais incidentes em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Honorários advocatícios em percentual a ser definido após a liquidação da sentença, conforme as alíquotas previstas no art.85, §3º, do CPC.

II. Apela o INSS pugnando pela reforma da sentença, alegando que a data de início da apuração das irregularidades dos benefícios teve início em 11/09/2010, fato pelo qual afasta a decadência, pois o decurso do prazo foi suspenso.

III. Verifica-se, desde logo, que o INSS pugna apenas a decadência do feito.

IV. Compulsando os autos, verifica-se que a demandante através de procedimento administrativo requereu dois benefícios de pensão por morte (NB 21/120.353.787-2 e 21/120.353.791-0), pelo fato do instituidor ser beneficiário de duas aposentadorias, que eram anteriores a Lei 8.213/94.

V. A autora requereu administrativamente os benefícios de pensão por morte em 03/05/2001, inclusive na mesma agência do INSS de Tacaimbó/PE e no mesmo dia, fato que se presume a boa-fé da apelada. Na Carta de Concessão foi deferido o benefício em 31/05/2001 e fixado o termo inicial em 22/04/2001, data do óbito do instituidor.

VI. Em contrapartida, após a apuração de revisão dos benefícios, com processo administrativo cadastrado em 12/02/2016, o INSS cessou o benefício (n.º 21/120.353.787-2) em 01 setembro 2016 e exigiu a devolução de valores no montante de R\$ 53.128,39 (cinquenta e três mil, cento e vinte e oito reais e trinta e nove centavos), com teor apresentado no ofício de nº

075/2016, expedido na data de 5 de agosto de 2016, e recebido pela autora no dia 31 agosto de 2016.

VII. A autarquia alega que o início da apuração das irregularidades dos benefícios teve início em 11/09/2010, data que deve ser considerada como marco para suspender a decadência. Outrossim, aduz que o fato da autora requerer os benefícios no mesmo dia não presume boa-fé da demandante.

VIII. Importante destacar que o art. 103, da Lei nº 8.213/91, alterado pela MP nº 1.523-9/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e com as modificações posteriores (Leis nºs 9.711/98 e 10.839/2004), estabelece que: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". (g.n.). Precedentes: Processo 08039016820174050000. Ação Rescisória - AR/SE. Relatoria: Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho. Órgão julgador: Pleno. Data do Julgamento: 13/02/2018.

IX. Sob o regime dos representativos de controvérsia, o STJ houvera definido que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)" (REsp 1309529/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 04/06/2013; REsp 1326114/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013).

X. A respeito dessa questão, o STF fixou as seguintes teses jurídicas, sob a sistemática da repercussão geral: "I - Inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário; II - Aplica-se o prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefícios concedidos, inclusive os anteriores ao advento da Medida Provisória 1.523/1997, hipótese em que a contagem do prazo

XI. Assim, no caso, considerando que as pensões por morte foram concedidas em 2001 o INSS teria até 03/05/2011 para postular a decisão definitiva referente à revisão do seu benefício previdenciário, mas apenas foi exarada em 2016.

XII. Ao reconhecer a decadência (10 anos depois da vigência da MP nº 1.523-9/97, nos termos do decidido no REsp Repetitivo 1.309.529/PR), a sentença alinhou-se ao entendimento deste Egrégio Tribunal, inexistindo violação manifesta de norma legal, visto que foi observado um transcurso de quase 15 (quinze) anos entre a concessão do benefício e decisão definitiva da via administrativa.

XIII. Nesse sentido, o início da apuração da revisão em 09/2010 não tem condão de suspender a decadência, pois as meras diligências não suspendem o transcurso desse instituto, visto que o prazo decadencial não se interrompe nem se suspende.

Outrossim, não há nos autos qualquer indício de má-fé da demandante, a qual deve ser comprovada, portanto se presume que no presente caso operou-se a boa-fé na relação.

XIV. Apelação improvida. Ressalva do entendimento pessoal do

desembargador Vladimir Carvalho.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 373, I, do CPC/2015, ao argumento de que "o autor em nenhum momento prova a sua boa-fé no expediente ingressado na administração pública. O autor ingressa com dois processos administrativo, demonstrando de fato, claramente um procedimento de má-fé. O ônus da prova é exclusivamente do autor, a teor do que dispõe o art. 373, I, do CPC" (fl. 206), bem como do art. 103-A da Lei 8.213/1991, porquanto "uma vez não caracterizada a boa-fé da Demandante, tal fato, por si só, já é suficiente para afastar a alegação de decadência da requerente, independentemente do prazo em que a administração vier a cessar o benefício, em decorrência da má-fé do autor" (fl. 208).

Aponta, ainda, violação aos arts. 186, 187 e 188 do Código Civil.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 223.

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto a alegada violação dos arts. 186, 187 e 188 do Código Civil, o recorrente deixou de demonstrar de que forma teria o acórdão recorrido os violado, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

No que diz respeito aos arts. 373, I, do CPC/2015 e 103-A da Lei 8.213/1991 .a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão no sentido de que "não há nos autos qualquer indício de má-fé da demandante, a qual deve ser comprovada, portanto se presume que no presente caso operou-se a boa-fé na relação" (fl. 152)

Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem, acolhendo-se, para tanto, as razões recursais imprescindível o reexame de fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator